

# **Respostas ao desemprego e à precarização das relações de trabalho: A Economia Popular Solidária é o caminho?**

André Moulin Dardengo\*

## **Resumo**

A Economia Popular Solidária tem ocupado espaço relevante como resposta às transformações no mundo do trabalho decorrentes da aplicação das políticas econômicas neoliberais. Frente à generalização do desemprego e o aprofundamento da precarização das relações de trabalho ela tem pautado a organização de trabalhadores em empreendimentos baseados na auto-gestão e na solidariedade. Além de segmento produtivo, apresenta-se como movimento social alternativo ao capitalismo, que propõe a substituição da lógica competitiva pela solidária, bem como, a emancipação do trabalho. Contudo, via de regra, ela não se sustenta como uma alternativa, é um paliativo ao desemprego, matem as relações precarizadas de trabalho e, em última instância, insere-se de forma funcional na lógica de acumulação capitalista.

**Palavras-chave:** Economia Popular Solidária, Desemprego, Precarização das relações trabalho, Neoliberalismo.

## **Introdução**

A partir da segunda metade do século XX o capitalismo sofreu uma série de transformações, que repercutiram diretamente sobre o mundo do trabalho. Essas transformações, essencialmente, foram causadas por uma ampla crise estrutural do capital de amplitude internacional, que em última instância atingiu as bases que até então orientavam a organização do trabalho.

---

\* Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Mestrando em Política Social – PPGPS – UFES, andremouлиндardengo@yahoo.com.br.

As respostas a essa crise do capital foram a utilização do receituário neoliberal em diversos países e a reestruturação produtiva do capital. Soma-se a isso o desmonte do Leste Europeu com sua repercussão sobre partidos e sindicatos, a crise do movimento operário e a descrença no projeto social-democrata com sua forte influência sobre a classe trabalhadora (ANTUNES, 1999, p.35), constituindo um cenário estarrecedor.

Observa-se, a partir de tudo isso, a exacerbação do processo de globalização atrelado a uma verdadeira tragédia social com elevadas taxas de desemprego e precarização, cada vez maior, das relações de trabalho<sup>1</sup>. As baixas taxas de crescimento, e conseqüentemente de criação de postos de trabalho, impossibilitaram a geração de condições dignas de sobrevivência para um número cada vez maior de pessoas, demonstrando como o capital tornou-se refém de suas próprias contradições. Essas incongruências sistêmicas permitem que idéias como a Economia Popular Solidária, que propõem alternativas para o problema do desemprego no capitalismo, ganhem força.

Com uma doutrina ideológica que se contrapõe a lógica de reprodução capitalista, o estupendo crescimento de empreendimentos ditos autogestionários demonstra como as classes à margem do sistema estão buscando (ou estão sendo incentivadas a buscar) mecanismos para fugir de uma situação de exclusão social. Esse movimento propõe uma nova racionalidade econômica, pautada em relações de cooperação em detrimento das relações competitivas.

A Economia Popular Solidária, que tem raízes nas obras dos socialistas utópicos (Owen, Fourier, Buschez, Proudhon, etc.) (SINGER, 2000, p.13), será analisada nesse artigo onde buscaremos entender suas reais possibilidades de responder ao grave problema do desemprego e, até que ponto, constituir-se-á num projeto alternativo de enfretamento das diversas faces da precarização do trabalho no atual curso do desenvolvimento capitalista.

A argumentação proposta desenvolver-se-á em três partes. Na primeira, pretende-se analisar as principais transformações no mundo do trabalho, enfatizando os impactos da globalização e do neoliberalismo. Dessa forma será possível perceber a precarização das

---

<sup>1</sup> Robert Castel analisa “A nova questão social” destacando em última instância a deterioração da relação salarial. (CASTEL, 1998, p. 495).

relações de trabalho e a inexistência de uma relação salarial *à la Castel*, que de acordo com nossa tese inicial é o fator que provoca o crescimento do cooperativismo.

Na segunda parte, a temática será a cooperativa. Procurar-se-á caracterizá-las, analisando que princípios guiaram os trabalhadores nessa empreitada ao longo da história e quais são as especificidades que as tornam tão diferentes das empresas capitalistas.

Na terceira parte discutir-se-á a Economia Popular Solidária no sentido de avaliar a sua capacidade de propiciar mudanças concretas a partir da racionalidade solidária, sua real capacidade de oferecer uma alternativa a trabalhadores informais e em ocupações precárias. Por último, faremos algumas considerações finais.

## **I - Mudanças no capitalismo e precarização das relações de trabalho**

O capitalismo viveu seus “anos dourados” no primeiro quartel de século após a II Guerra Mundial. Nesse período, a acumulação capitalista, fomentada por políticas de cunho keynesiano, alcançou seu auge com estupendas taxas de crescimento econômico. Concomitantemente com esse bom desempenho disseminaram-se políticas de *welfare state*<sup>2</sup>, cujo desdobramento foi o surgimento de um forte aparato de proteção social, beneficiando extraordinariamente a classe trabalhadora. Na visão keynesiana o trabalhador era encarado mais como componente de demanda efetiva do que como elemento de custo (PEREIRA, 2001, p. 111), por isso era coerente com a teoria os elevados gastos estatais com programas de amparo aos trabalhadores.

Durante esse fabuloso ciclo de crescimento, como na maior parte do século XX, a produção seguiu o padrão taylorista/fordista<sup>3</sup>. A organização baseada nesse binômio caracterizava-se pela “[...] produção em massa de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais homogeneizada e enormemente verticalizada” (ANTUNES, 1999, p.36). As empresas

---

<sup>2</sup> “O *welfare state* é resultado de um longo processo de construção. Atualmente, compreende um conjunto de políticas sociais desenvolvido pelo Estado no intuito de prover a cobertura dos riscos advindos da invalidez, da velhice, da doença, do acidente de trabalho e do desemprego.” (MARQUES, 1997, p. 22).

<sup>3</sup> “Esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista, além da vigência de uma separação nítida entre elaboração e execução”. (ANTUNES, 1999, p. 37).

buscavam produzir internamente o máximo de componentes possíveis, evitando recorrer a fornecedores externos. Elas também adotavam medidas de racionalização, para combater o desperdício de insumos, reduzir o tempo na execução das tarefas e aumentar o ritmo de trabalho, o que demonstra a ampla utilização da Gerência Científica<sup>4</sup>.

Em meados dos anos 70, entretanto, o panorama muda completamente. Os bons resultados econômicos deixam de ser verificados, e o capitalismo passa a viver uma crise estrutural. A tendência decrescente da taxa de lucro, o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista e a crise do *welfare state* caracterizam esse novo momento da história do capitalismo (SABADINE & NAKATANI, 2002, p. 267). “‘O círculo virtuoso’ (ganhos de produtividade alimentando aumentos reais de salário e vice-versa), [...] ‘cede lugar ao círculo vicioso estagflationista que se instala de modo duradouro na maior parte dos países desenvolvidos’” (TOSI, 2003, p. 6). Essa retração econômica provocou uma brusca redução na arrecadação fiscal dos países inviabilizando a sustentação dos programas de proteção social previamente estabelecidos.

Com a inercialidade da produção de massa fordista e da “rigidez” taylorista e o colapso do estado provedor, tornou-se necessário um processo de reestruturação produtiva que tornasse factível o retorno aos patamares anteriores de lucratividade e uma reforma no modelo político que atendesse aos interesses do capital. Nesse contexto, emergem o padrão toyotista e a acumulação flexível almejando recuperar o vigor do ciclo reprodutivo do capital, ao mesmo tempo que ocorre a implantação de um novo programa político-ideológico baseado na velha máxima do ‘*laissez-faire laissez-passer*’.

A marca desse processo é o advento do neoliberalismo atrelado a uma exacerbação do processo de globalização. Essa ideologia sustenta a necessidade de um Estado mínimo, de abertura comercial, de privatizações, de desregulamentação das leis trabalhistas e de liberalização dos fluxos de capitais. Com a implantação dessa receita acirra-se a competição entre os países, com grande desvantagem para os países que não são auto-suficientes em tecnologia, os quais vêm a desestruturação de diversos segmentos

---

<sup>4</sup> “A gerência científica, como é chamada, significa um empenho no sentido de aplicar os métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão.” (BRAVERMAN, 1977, p. 82).

produtivos por não conseguirem acompanhar os setores mais dinâmicos da economia mundial. Para Antunes:

“[...] Quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência inter-capitalistas, mais nefastas são suas conseqüências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para o processo de valorização do capital. [...]” (ANTUNES, 1999, p. 34)

Seguindo essa mesma lógica, mas adotando outra taxonomia, Abdalla afirma que estamos vivendo simultaneamente uma crise da natureza e uma crise das relações humanas de produção e sociabilidade (ABDALLA, 2002, p. 22). Como não é o objetivo principal desse trabalho, deixaremos de lado a análise da crise da natureza concentrando esforços no entendimento das especificidades da crise das relações humanas de produção e sociabilidade.

Com a implantação das políticas neoliberais e a maior interdependência dos mercados, típica da globalização, a “flexibilização” tornou-se palavra de ordem. A redução de encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento precisava ser alcançada a qualquer custo. Assim, cresce a parcela dos contratos de trabalho temporários e vários dos direitos, obtidos através de lutas históricas, são perdidos. A crise caracteriza-se, essencialmente, pelo crescimento nas taxas de desemprego, precarização das relações de trabalho e aumento da informalidade. O resultado disso é a ampliação da exclusão social com a geração de um enorme contingente de marginalizados, como observa Lesbalpin:

“[...] Este projeto está trazendo consigo uma restrição das instituições e regras democráticas, o eclipse da ética na política, a supressão dos direitos sociais dentre os direitos humanos e a produção de um amplo setor social de excluídos – os sem-teto, sem-terra, sem-trabalho permanente.” (LESBAUPIN, 1996, p. 8)

Observando a característica dessa crise, principalmente a deterioração das relações de trabalho, podemos dizer que não há uma relação salarial nos moldes propostos por Castel. Para ele:

“[...] uma relação salarial comporta um modo de remuneração da força de trabalho, o salário – que comanda amplamente o modo de consumo e o modo de vida dos operários e de sua família –, uma forma da disciplina do trabalho que regulamenta o ritmo da produção, e o quadro legal que estrutura a relação de

trabalho, isto é, o contrato de trabalho e as disposições que o cercam.” (CASTEL, 1998, p. 419)

A estabilidade no mercado de trabalho tornou-se rara. O contrato formal, que garante os direitos trabalhistas e previdenciários tornou-se escasso. Assim, a grande massa de trabalhadores que antes tinham ocupações formais não conseguem mais encontrar vagas em empregos estáveis e precisa recorrer a atividades informais e precárias. O Estado, agente capaz de empreender esforços para reduzir esses problemas, abdica sua função ao mesmo tempo que promove a flexibilização das leis trabalhistas e desestrutura a rede de proteção social erigida após a II Guerra. Tudo isso demonstra a fragilidade do mercado de trabalho e comprova a inexistência da relação salarial casteliana. É essa crise, a priori, sem solução que permite à Economia Popular Solidária ganhar adeptos, que veem nela a capacidade de absorver o enorme contingente de excluídos gerado nesse processo.

## **I.I – O panorama brasileiro**

No Brasil, os impactos do neoliberalismo e da globalização também foram nefastos. O processo iniciado em 1990, no governo Collor, pode ser considerado tardio quando comparado a outros países da América Latina que já tinham iniciado anteriormente a implantação desse programa. Esse período foi marcado por uma ampla abertura externa, liberalização financeira e privatizações. Essa conduta foi intensificada durante os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Com o Plano Real, FHC obteve sucesso nos quesitos controle inflacionário além de ter conseguido alcançar as metas de superávit nas contas públicas. Deve-se destacar, porém, que esses superávits foram alcançados no conceito primário à custa de enormes contingenciamentos orçamentários, ou seja, redução dos gastos públicos em saúde, educação, segurança pública, infra-estrutura, seguridade social, etc.

Em termos de resultados econômicos a década de 90 foi uma década mais que perdida. As pífiyas taxas de crescimento e investimento tiveram repercussão direta num forte aumento do desemprego aberto. Basta observar a Tabela 1 com os indicadores macroeconômicos do Brasil:

**Tabela 1 - Brasil: Indicadores Macroeconômicos (1990-2010)**

---

Ano	Taxa de crescimento (% a.a.)	Taxa de crescimento per capita (% a.a.)	Taxa de Investimento (% PIB) <sup>1</sup>	Taxa de crescimento da FBKF <sup>2</sup>	Taxa de desemprego <sup>3</sup>
1990	-4,35	-5,90	20,66	-	4,28
1991	1,03	-0,60	18,11	-1,80	4,83
1992	-0,47	-2,10	18,42	-8,60	5,66
1993	4,67	3,40	19,28	7,20	5,32
1994	5,33	4,30	20,75	12,50	5,06
1995	4,42	2,80	18,32	13,70	4,65
1996	2,15	0,60	16,87	1,50	5,43
1997	3,38	1,80	17,37	8,70	5,67
1998	0,04	-1,50	16,97	-0,30	7,60
1999	0,25	-1,20	15,66	-8,20	7,58
2000	4,31	2,80	16,8	5,00	7,14
2001	1,31	-0,20	17,03	0,40	6,23
2002	2,66	1,20	16,39	-5,20	7,14
2003	1,15	-0,20	15,28	-4,60	12,32
2004	5,71	4,30	16,1	9,10	11,48
2005	3,16	1,90	15,94	3,60	9,83
2006	3,96	2,70	16,43	9,80	9,98
2007	6,09	4,90	17,44	13,90	9,29
2008	5,16	4,10	19,11	13,60	7,89
2009	-0,64	-1,60	16,91	-10,30	8,08
2010	7,49	n.d.	18,44	21,80	6,74

1- Formação bruta de capital fixo/Produto interno bruto.

2- Formação bruta de capital fixo.

3- Médias anuais pela PME do IBGE.<sup>5</sup>

Fonte: Banco Central, IBGE e IPEADATA. Elaboração nossa.

A taxa média de crescimento dos anos 90 (1,65%) foi inferior a média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nos anos 80 (3,02%), da mesma forma que a taxa média de investimento dos anos 90 (18,24% do PIB) foi 3,96 ponto percentual inferior a cifra média dos anos 80 (22,20%). A taxa média de crescimento do PIB per capita dos anos 90 foi 0,16%. O reflexo desses resultados foi um crescimento do desemprego aberto: era de 4,3% da População Economicamente Ativa (PEA), em 1990, e superou os 7% durante a década

<sup>5</sup> A partir de 2001, o IBGE passa a usar uma nova metodologia para a PME. Essa revisão na pesquisa incluiu ajustes no plano de amostragem, modificações na cobertura geográfica, assim como mudanças nas definições de população em idade ativa (PIA), população ocupada e população desocupada. De 2003 em diante são usados dados dessa PME mais abrangente e mais condizente com a realidade, por isso observa-se na Tabela 1 e no Gráfico 1 o aumento abrupto da taxa de desemprego de 2002 para 2003.

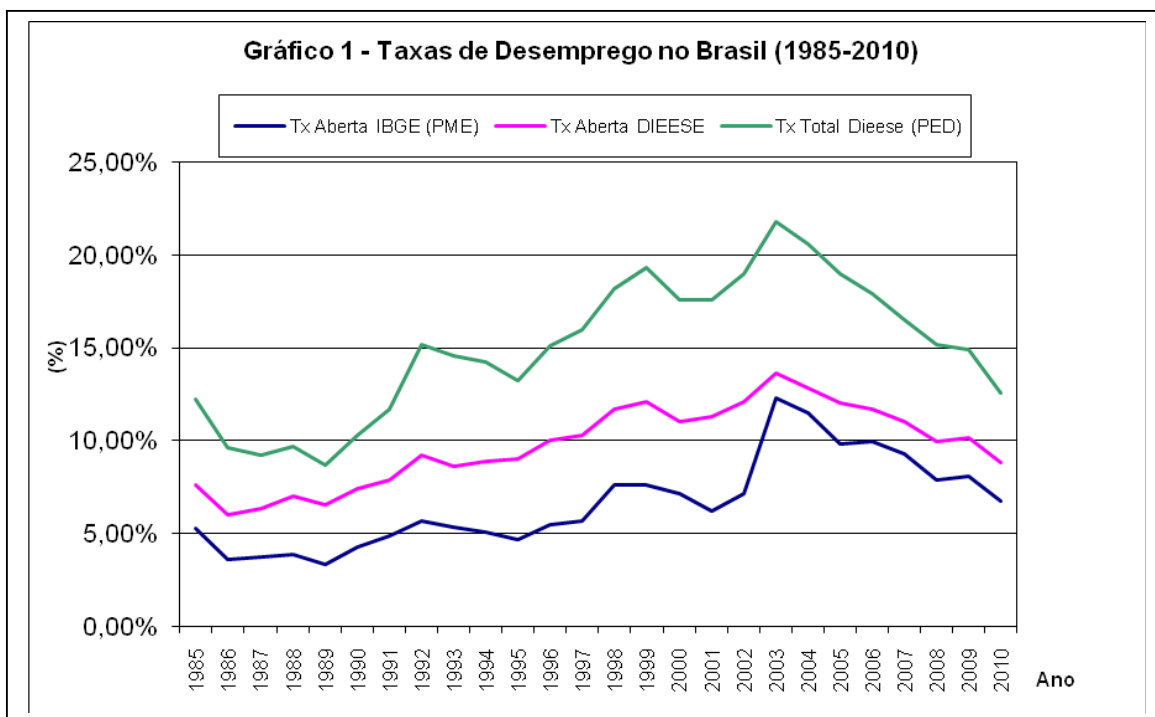


de 90. Analisando unicamente o período do Plano Real, houve um aumento de 4,5 milhões de desempregados, em 1994, para 11,5 milhões em 2000. É interessante que o perfil dos desempregados muda: cada vez mais trabalhadores com alto grau de escolaridade e qualificação passam a compor as estatísticas do desemprego.

Já na primeira década do século XXI, conforme dados da Tabela 1, o crescimento médio do PIB foi de 3,67%, com uma taxa média de investimento de 16,90% do PIB (16,95% nos oito anos do governo Lula). Observa-se que a taxa de investimento foi inferior a dos anos 90, pois esse crescimento do PIB foi potencializado principalmente pelo consumo das famílias financiado pelo crédito no varejo. Após a crise de 2009, houve a retomada do crescimento em 2010, com uma variação do PIB de 7,49%, com destaque para a Formação Bruta de Capital Fixo (21,80%), demonstrando elevado aporte em bens de capital (máquinas e equipamentos). As estatísticas relativas ao desemprego (PME-IBGE) relativas ao ano de 2003 em diante são calculadas a partir de uma nova metodologia (ver nota 5). No início dessa série, a taxa era de 12,32%, e com a confirmação da tendência de crescimento econômico durante os anos seguintes, essa taxa reduziu-se fechando o ano de 2010 em 6,74%. Entretanto, ainda é um percentual muito elevado, próximo das taxas mais elevadas dos anos 90, antes da reformulação metodológica.

Para tornar o problema do desemprego mais evidente é necessário analisar o desemprego através das taxas mensuradas pelo Dieese. A pesquisa de desemprego aberto do Dieese sempre foi mais abrangente que a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE. A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Dieese considera o desemprego oculto pelo trabalho precário e o desemprego oculto pelo desalento. Em 2003, após as mudanças metodológicas na PME-IBGE, os resultados das pesquisas de desemprego aberto dos dois institutos aproximaram-se relativamente. Num mercado de trabalho como o brasileiro, portanto, a PED é mais indicada para expressar um real dimensionamento do desemprego. Observando o Gráfico 1 percebemos claramente as diferenças entre IBGE e Dieese. A média da PME durante a década de 90 foi de 5,6% enquanto a média da PED foi 14,78%. Em 2002, a PED registrou uma taxa recorde de 19% demonstrando a gravidade da situação. Durante os anos 2000, a média da PED foi de 17,5% contra 8,89% do IBGE. O resultados

no fim da década indicam o aquecimento da economia, com taxas de desemprego reduzidas em relação aos anos anteriores 12,57% PED-Dieese e 6,74% pela PME-IBGE.

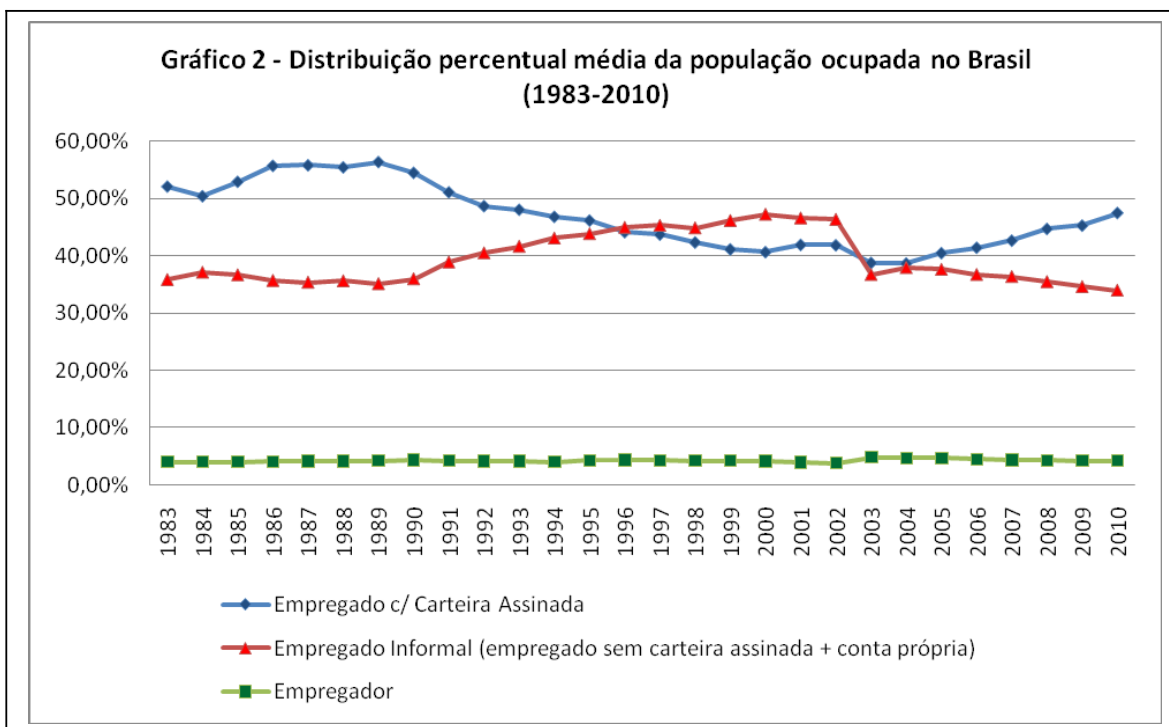


FONTE: IPEADATA/Dieese. Elaboração nossa.

Essas elevadas taxas de desemprego foram acompanhadas pelo crescimento do setor informal<sup>6</sup> da economia brasileira durante a década de 90. A existência da informalidade no Brasil não é novidade. Segundo Carleial e Malaguti “[...] ao longo do período 1950-1980, mesmo com o crescimento industrial, a participação da PEA no setor informal da economia permanece em torno de 40%, configurando assim uma marca estrutural do mercado de trabalho no Brasil. [...]” (CARLEIAL & MALAGUTI 2001, p 13). Observando o Gráfico 2, verificamos essa situação. A década de 90 é crítica, pois, pela primeira vez, o número de empregados com carteira assinada foi superado pelo número de empregados informais, situação que só foi revertida em 2003. Desde então, os trabalhadores formais voltaram a ser maior número em relação aos informais (trabalhadores por conta-própria e sem carteira assinada). Todavia, os dados de 2010, indicam que 33,96% da População Economicamente

<sup>6</sup> Segundo Sabadini & Nakatani: “[...] a informalidade é parte integrante do modo capitalista de produção e varia, em maior ou menor escala, em função do estágio de acumulação capitalista e do tipo de política econômica adotado em cada país. Portanto, a informalidade desempenha uma função subordinada e integrada à lógica da acumulação capitalista, mesmo quando não participa diretamente na produção de mais-valia.” (SABADINI & NAKATANI, 2002, p. 273)

Ativa está na condição de informalidade, ou seja, sem os direitos garantidos pela legislação trabalhista e, na grande maioria das vezes, em condições precárias de trabalho.



\* compreende as seis maiores regiões metropolitanas do país (RE, SA, BH, RJ, SP, PO) - em 2001, dados até o mês de agosto.

Fonte: IBGE/PME/IPEADATA. Elaboração nossa.

As elevadas cifras de informalização da economia brasileira demonstram em última instância a face da precarização das relações de trabalho. Os informais em geral trabalham longas jornadas, com míseros rendimentos, sem nenhum tipo de proteção trabalhista ou previdenciária e sem respaldo sindical. Buscando uma saída para essa situação, que incomoda milhares de pessoas, muitas delas estão buscando outra racionalidade para sobreviver. A Economia Popular Solidária representa uma, dentre tantas, iniciativas de enfrentamento das elevadas taxas de desemprego e precarização das relações de trabalho, como afirma Paul Singer: “[...] a economia solidária é a mais importante alternativa ao capitalismo nesse momento histórico, por oferecer uma solução prática e factível à exclusão social, que o capitalismo em sua nova fase liberal exacerba.” (SINGER, 1999, p. 10).

## II – Cooperativas – história, lógica de funcionamento e características

A Economia Popular Solidária surgiu logo após o nascimento do capitalismo industrial, como reação ao empobrecimento dos artesãos causado pela disseminação da produção manufatureira organizada em fábricas. Esse quadro é observado na Inglaterra, onde ocorreu a Primeira Revolução Industrial e devido a necessidade de mão-de-obra para as indústrias, os camponeses eram expulsos do campo para engrossar os contingentes proletários nas cidades. Nesse período “a exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado.” (SINGER, 2002, p. 24). Com longas jornadas de trabalho e exploração, inclusive, de trabalho infantil, a vida daqueles camponeses e artesãos estava sendo totalmente degradada.

Nessa conjuntura, alguns capitalistas, denominados por Marx socialistas utópicos ou pejorativamente “capitalistas arrependidos”, começaram a estabelecer medidas de proteção aos trabalhadores. Dentre eles, destaca-se o inglês Robert Owen, que tinha uma grande indústria têxtil em New Lanark. Ele limitou a jornada de trabalho e melhorou a remuneração dos trabalhadores, eliminou a mão-de-obra infantil e garantiu escolas a crianças, o que fez a produtividade de sua indústria aumentar apesar dos maiores custos com folha de pagamento. (SINGER, 2002, p. 25)

Em 1817, após a vitória britânica sobre a França na batalha de Waterloo (1815), houve um enorme crescimento do desemprego na Inglaterra, já que muitos que trabalhavam com a produção bélica perderam sua ocupação. Para reverter essa situação, Owen propôs ao governo inglês que comprasse terras para a construção de Aldeias Cooperativas, onde viveriam cerca de 1200 pessoas em cada aldeia produzindo sua própria subsistência.

Apesar dos cálculos de Owen demonstrarem a sustentabilidade do projeto, o governo inglês não o implantou. Owen perdeu o apoio da burguesia inglesa e foi viver nos Estados Unidos, onde também não foi bem sucedido na implantação de seu projeto. Mas, a luta dos discípulos de Owen na Inglaterra não parou. Juntamente com o surgimento dos sindicatos, após a revogação das *Combination Acts*<sup>7</sup>, surgiram as primeiras cooperativas. (SINGER, 2002, p. 26)

---

<sup>7</sup> As *Combination Acts* proibiam qualquer tipo de organização de trabalhadores, considerando tal fato um atentado a livre concorrência. Enquanto estavam em vigor foram utilizadas para reprimir a formação dos sindicatos, dos quais muitos deixaram de existir e outros foram para a clandestinidade.

Muitas dessas cooperativas surgiam de movimentos grevistas, onde os trabalhadores sofrendo com demissões e redução dos salários, organizavam-se em cooperativas para concorrer com os seus empregadores. “A greve tornava-se uma arma não para melhorar a situação do assalariado, mas para eliminar o assalariamento e substituí-lo por autogestão.” (SINGER, 2002, p. 29)

Foram criados nesse mesmo período os primeiros clubes de troca, conhecidos como bolsas eqüitativas ou bazares, que foram incentivados por Owen após seu retorno dos Estados Unidos. Alguns desses clubes operavam através do escambo, mas a maioria utilizava moedas próprias para intermediar as trocas. Essas moedas ou notas de trabalho representavam unidades de horas de trabalho.

As cooperativas que surgiram eram organizações de trabalhadores com características peculiares, muito distintas das empresas capitalistas em geral e por isso uma forma de organização de vanguarda para aquele período. Como elas surgem para reagir às dificuldades impostas pelo capitalismo industrial, torna-se indispensável considerar a crítica operária ao capitalismo para entender a lógica da Economia Popular Solidária. Essa crítica pauta-se na crítica da ditadura do capital na empresa que faz com que:

“[...] a) qualquer trabalhador deva obediência irrestrita às ordens emanadas do dono ou de quem age em seu nome; b) todo fruto do trabalho coletivo seja propriedade do capitalista, em cujo benefício todos os esforços devem ser enviados; c) o trabalhador só faça jus ao salário previsto contratualmente e aos seus direitos legais.” (SINGER, 2000, p. 14)

Diferentemente, nas cooperativas os sócios decidem coletivamente em assembléias, caracterizando a autogestão. Todo o fruto do trabalho é dividido. Os cooperativados fazem “retiradas”, as quais tem os valores definidos nas assembléias. Da mesma forma, é na assembléia que sócios decidirão o que fazer com as sobras. Geralmente essa sobra é alocada em fundos de educação, fundos de investimento divisível ou indivisível. O fundo divisível é usado para expandir o patrimônio da cooperativa e descontado individualmente para cada sócio. Se o sócio sair da cooperativa tem o direito de receber sua cota do fundo acrescida de juros (geralmente a menor taxa do mercado). Já o fundo indivisível pertence à cooperativa. É um reserva para o futuro, a qual os sócios não têm direito a cotas.

Os princípios que regem o funcionamento das cooperativas são os seguintes:

“1º - Adesão Voluntária e Livre:

As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminação de sexo, ou de ordem social, racial, política e religiosa.

2º - Gestão Democrática pelos Membros:

As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau, os membros têm igual direito de voto (um homem – um voto); as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática.

3º - Participação Econômica dos Membros:

Os sócios contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam esse capital democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades:

- a) desenvolvimento da cooperativa, possibilitando o estabelecimento de fundos de reserva, parte dos quais, pelo menos, será indivisível;
- b) benefício aos associados na proporção de suas operações com a cooperativa; e
- c) apoio a outras atividades aprovadas em Assembléia.

4º - Autonomia e Independência:

As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda-mútua, controladas pelos seus membros. Se estas firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.

5º - Educação, Formação e Informação:

As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento de suas cooperativas. Informam ao público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

6º - Intercoperação:

Trabalhando em conjunto através de estruturas locais, regionais e internacionais, as cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão força ao movimento cooperativo. É a cooperação entre cooperativas.

7º - Interesse pela Comunidade:

As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos seus membros.

A cooperativa é uma das formas avançadas de organização da sociedade civil. Proporciona o desenvolvimento sócio-econômico aos seus integrantes e à comunidade; resgata a cidadania mediante a participação, do exercício da democracia, da liberdade e autonomia, no processo de organização da economia e do trabalho.” (OCB/SESCOOP, 2010, p.1)

Esses princípios vêm, ao longo da história, guiando os trabalhadores na organização em cooperativas. Contudo, é evidente que existem formas degeneradas de Economia Popular

Solidária, as ‘pseudo-cooperativas’ que não seguem essa doutrina. Existem argumentos que buscam demonstrar a impossibilidade de existirem cooperativas regidas por esses princípios apresentados. Um deles é que o crescimento do empreendimento cooperativo cria automaticamente mecanismos hierárquicos e heterogestionários (anti-autogestionários) típicos da empresa capitalista. Outro argumento é que as cooperativas ao não se isolarem completamente do mercado competitivo acabam cedendo às pressões concorrenciais, o que faz nascer a ditadura do capital das empresas capitalistas na cooperativa.

Convém esclarecer, que segundo os defensores da Economia Popular Solidária, somente as cooperativas que seguem a doutrina cooperativista, substituindo de fato a racionalidade competitiva pela solidária, estariam cumprindo uma função anti-capitalista.

### **III – Racionalidade Cooperativa: solução ou ilusão?**

O cooperativismo, que teve influência dos socialistas utópicos como Charles Fourier, Saint-Simon e Robert Owen, apresenta a solidariedade como alternativa à competição econômica. Segundo suas idéias deve-se combater a competição, que ao longo do desenvolvimento do capitalismo passou a ser considerada normal. A ideologia de que a competição é boa fundamenta-se em dois argumentos: primeiro, ela permite ao consumidor escolher o melhor ao menor preço e segundo, elimina os mais fracos deixando no mercado apenas os melhores. Na economia de mercado somente as empresas com as melhores condições de custo e que atingem um amplo mercado consumidor conseguem sobreviver, enquanto as demais estão fadadas à falência. Para Singer, que é crítico da lógica competitiva, essas relações impulsionam a desigualdade pois no capitalismo “os ganhadores acumulam vantagens e os perdedores acumulam desvantagens nas competições futuras.” (SINGER, 2002, p. 8)

Em um cenário de desestruturação do mercado de trabalho, altos índices de desemprego, desregulamentação das leis trabalhistas e deterioração das relações de trabalho a Economia Popular Solidária apresenta-se como alternativa. De fato, alguns autores vem defendendo essa tese e os governos, sem uma política concreta de fomento ao crescimento econômico

que insira toda a População Economicamente Ativa e, assim, elimine o desemprego, acabam aderindo a idéia do cooperativismo solidário. Não é de estranhar que o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) tenham programas de incentivo a Economia Popular Solidária e ao cooperativismo, respectivamente. Da mesma forma, a OIT no texto de recomendação sobre a promoção de cooperativas trata da importância do Cooperativismo na atualidade. A OIT na apresentação da recomendação reconhece:

“[...] la importancia de las cooperativas para la creación de empleos, la movilización de recursos y la generación de incersiones, así como su contribución a la economía; [...] que las cooperativas, em sus diversas formas, promueven la más completa participación en el desarrollo económico y social; [...] que la mundialización ha creado presiones, problemas, retos y oportunidades nuevos y diferentes para las cooperativas; y que se precisan formas más enérgicas de solidaridad humana em el plano nacional e internacional para facilitar una distribución más equitativa de los beneficios de La globalización; [...]” (OIT, 2002, p. 1)

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) também tem um programa chamado “Integrar Cooperativas”, em parceria com o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do MTE, que incentiva a formação de incubadora de cooperativas.” (PEREIRA, 2001, p. 108)

Segundo dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), esses empreendimentos foram responsáveis pela geração de 5,39% do PIB de 2009. Observando a Tabela 2, existiam, em dezembro de 2010, cerca de 9,01 milhões de cooperados (crescimento de 9,3% em relação a 2009) em 6.652 cooperativas, as quais mantêm 298 mil empregados (crescimento de 8,8% em relação a 2009). Grande parte das cooperativas concentram-se nos ramos de trabalho, agropecuário, transporte e crédito. As cooperativas desses ramos respondem por 69,92% das cooperativas totais. Os setores de consumo e crédito concentram 70,06% dos associados, enquanto em relação a geração de emprego, destacam-se as cooperativas agropecuárias com 48,96% dos empregos gerados por cooperativas.

**Tabela 2 - Números do cooperativismo por ramo de atividade (31/12/2010)**

<b>Ramo de Atividade</b>	<b>Cooperativa</b>	<b>Associado</b>	<b>Empregado</b>
	<b>s</b>	<b>s</b>	<b>s</b>



Agropecuário	1.548	943.054	146.011
Consumo	123	2.297.218	9.892
Crédito	1.064	4.019.528	56.178
Educacional	302	57.547	3.349
Especial	12	397	14
Habitacional	242	101.071	1.676
Infra-estrutura	141	778.813	5.775
Mineral	63	20.792	144
Produção	235	11.454	3.669
Saúde	852	246.265	56.776
Trabalho	1.024	217.127	3.879
Transporte	1.015	321.893	10.787
Turismo e Lazer	31	1.368	32
<b>Total</b>	<b>6.652</b>	<b>9.016.527</b>	<b>298.182</b>

Fonte: Organizações estaduais e OCB

Elaboração: OCB/Gemerc

Os números demonstram a representatividade das cooperativas. O que nos resta responder é até que ponto a Economia Popular Solidária, pode, de fato, tornar-se uma ferramenta de combate ao desemprego e à precarização das relações de trabalho. O MTE usa o conceito de Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs), que são os que se pautam na Carta de Princípios da Economia Solidária, sejam esses empreendimentos formais ou não. Há uma grande heterogeneidade de atividades que se enquadram como EESs, por exemplo:

“[...] cooperativas, associações populares e grupos informais (de produção, de serviços, de consumo, de comercialização e de crédito solidário, nos âmbitos rural urbano); empresas recuperadas de autogestão (antigas empresas capitalistas falidas recuperadas pelos/as trabalhadores/as); agricultores familiares; fundos solidários e rotativos de crédito (organizados sob diversas formas jurídicas e também informalmente); clubes e grupos de trocas solidárias (com ou sem o uso de moeda social, ou moeda comunitária); ecovilas; redes e articulações de comercialização e de cadeias produtivas solidárias; lojas de comércio justo; agências de turismo solidário; entre outras. Dentre estas formas de economia solidária também se inclui o artesanato como uma forma de arte e de comércio [...]” (SINTET, 2010, p. 1)

Segundo dados da Secretaria Nacional de Economia Solidária- SENAES - MTE relativos ao ano de 2007 (Tabela 3), os EESs que se enquadravam nessas características eram 21.859. No que se refere à distribuição geográfica dos EESs, a maior concentração

encontra-se na Região Nordeste (43,45%). O número de participantes nesses empreendimentos ultrapassou 1,68 milhão. Desse total, 70,38% dos participantes são das regiões Sul e Nordeste e 62,64% são homens.

**Tabela 3 - Total de participante por Região**

<b>Região</b>	<b>EESs*</b>	<b>Participantes</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>
Região Norte	2.656	195.721	77.307	118.414
Região Nordeste	9.498	645.504	264.011	381.493
Região Sudeste	3.912	177.137	67.598	109.539
Região Sul	3.583	542.300	166.975	375.325
Região Centro-Oeste	2.210	126.834	54.491	72.343
<b>Total</b>	<b>21.859</b>	<b>1.687.496</b>	<b>630.382</b>	<b>1.057.114</b>

Fonte: Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES – TEM – Atlas da Economia Solidária (dados relativos ao ano de 2007). Elaboração nossa.

\* Empreendimento de Economia Solidária

Como pode ser evidenciado nas Tabelas 2 e 3, esse setor na economia insere nas suas redes produtivas mais de 11 milhões de trabalhadores, demonstrando assim, uma grande capacidade de geração de ocupação. No entanto, no nosso entendimento, a solução do desemprego deve permitir a inserção da massa socialmente excluída em atividades produtivas não precárias, o que muitas vezes não ocorre. Para os defensores da Economia Solidária, essa inserção não precária, torna-se possível com a criação desse novo setor econômico, constituído de cooperativas que absorvam o contingente sem-emprego e os que trabalham em condições precárias. Essas cooperativas precisam ter uma ampla abrangência, atuando em diversos setores, o que criaria redes de Economia Solidária. Essa rede utilizaria uma moeda diferente da moeda corrente no país (o Real). Isso automaticamente protegeria os setores da rede solidária, pois, as mercadorias produzidas fora da rede dependem da posse da moeda corrente no país para serem consumidas, diferentemente das mercadorias produzidas na rede que são trocadas pela moeda substituta. Para o sucesso dessa empreitada, o governo deve apoiar criando linhas de financiamento para incentivar os desempregados a formarem EESs.

Abdalla, também adepto das idéias da Economia Popular Solidária, comenta que somente uma mudança radical na racionalidade vigente será capaz de mudar os rumos do planeta.

As crises da natureza e a crise das relações humanas de produção e sociabilidade somente serão combatidas com a disseminação da solidariedade suprimindo a competição. A presença do princípio da cooperação eliminaria a destruição progressiva e irracional da natureza e a exclusão humana. Com solidariedade e cooperação:

“[...] a economia deixaria de ser o ritual oblativo ao deus mercado e o palco no qual se efetivam as relações de troca competitiva e passaria a ser a práxis humana produtora e distribuidora dos bens necessários ao sustento de toda a humanidade. O mercado deixaria de ser o princípio fundamentador para ser apenas um fenômeno decorrente dessa práxis e a seu serviço. Ele voltaria a ser uma atividade humana e perderia o status de princípio nomológico que reina sobre as relações humanas.” (ABDALLA, 2002, p. 113)

Assim, segundo seus defensores, o objetivo dos EESs ideais não é a acumulação, pois, não há apropriação de mais-valia por parte de um capitalista. Uma economia nesses moldes e baseadas nesse princípio produziria uma situação onde se anularia a existência de trabalhadores excluídos. Para eles então, a Economia Popular Solidária é a solução para as contradições contemporâneas no capitalismo.

Considerando essas argumentações podemos agora partir para a análise crítica da Economia Popular Solidária. Castel resume muito bem as limitações da Economia Popular Solidária quando afirma que:

“[...] A preocupação de promover uma ‘economia solidária’, isto é, de ligar a questão do emprego e a da coesão social, de criar vínculos, ao mesmo que atividades, é respeitável ao máximo. Porém, na situação atual, trata-se mais de declarações de intenção do que da afirmação de uma política. [...]” (CASTEL, 1998, p. 575)

De fato a adoção das cooperativas ou EESs é louvável, na medida em que, como visto através dos números, soluciona o problema de muitas pessoas. Contudo, até o momento a Economia Popular Solidária não tem força suficiente para ser uma ferramenta concreta de superação do capitalismo e de suas contradições. Para Pereira, a Economia Solidária é um paliativo (PEREIRA, 2001, p. 123). Diferentemente do que defende Singer, sobre essa perspectiva, Pereira argumenta que o cooperativismo não constitui uma forma de organização social e produtiva que suprime a lógica capitalista, e nada mais é do que uma reação imediatista visando solucionar problemas localizados e individuais, e que em última

instância, pode aumentar a precarização do trabalho, funcionando ao contrário. (PEREIRA, 2001, p. 127)

Por esse motivo diversos autores não possuem uma visão tão utópica do processo e ao investigarem a forma como se estruturam essas organizações de trabalho percebem vários traços típicos da ditadura do capital permanecem presentes.

“As cooperativas de trabalho transformaram-se em um meio no qual trabalhadores que estavam à margem do mercado de trabalho passam a fazer parte dele. Reconhece-se que muitas são as dificuldades, uma delas é a de que os indivíduos valem-se da associação em cooperativas para isentarem-se das obrigações legais de garantias trabalhistas. De um instrumento que deveria sanar problemas sociais, o cooperativismo surge para baratear os custos de produção, para desviar a aplicação dos direitos trabalhistas, que funcionam como prestadoras de serviços especializados à terceiros, em alguns casos utilizando uma mão-de-obra desqualificada e ignorante.” ( GUIMARAES; KOROSUE & OLIVEIRA, 2002, p.15).

Nessa perspectiva, e na de outros estudiosos, as cooperativas, ao mesmo tempo em que inserem um considerável contingente de trabalhadores desocupados, reproduzem a mesma estrutura precária dos empreendimentos capitalistas. A democracia e a auto-gestão muitas vezes são substituídas por uma gestão verticalizada pautada numa estrutura hierarquizada e meritocrática. A exploração não desaparece, os trabalhadores se auto-exploram e surge o que os autores denominam de ‘pseudocooperativas’ ou ‘cooperfarsas’. Assim, ao invés de superar o capitalismo a Economia Popular Solidária torna-se funcional a acumulação capitalista.

Na nossa posição, primeiramente, não acreditamos que as cooperativas podem desempenhar um papel revolucionário erigindo um novo sistema produtivo que substitua a competitividade e o capitalismo, priorizando a solidariedade, uma vez que esses organismos econômicos estão em contato contínuo com estruturas de mercado que não preconizam os ideais associativistas. Em segundo lugar, também não cremos na sua capacidade de resolver o problema do desemprego numa perspectiva da totalidade, entretanto, admitimos o fato de que, no caso individual e isolado, esses empreendimentos exercem um importante papel de geração de emprego e renda. Por isso, não descartamos a importância dos ensaios solidários. Por último, como movimento social contrário a lógica do capital, deve-se investigar melhor sua real capacidade de organização política e a

formação ideológica de seus integrantes, o que não foi o objeto central dessa curta análise. Assim, numa perspectiva mais ampla, pensando na ruptura do modo de produção capitalista e na construção de uma economia planificada de pleno-emprego, consideramos o ideário da Economia Popular Solidária incapaz de alcançar esses objetivos. As respostas às contradições inerentes ao sistema capitalista de produção são ilusórias, o que nos leva a caracterizar os defensores desse ideário como ‘economistas utópicos’, assim como fez Marx em relação a Owen, Fourier, Buschez, Proudhon, denominando-os socialistas utópicos.

Todavia, dada a grande desestruturação do mercado de trabalho, as cooperativas e EESs apresentam-se como a única alternativa para um grande contingente de trabalhadores, que necessitam de um meio de geração de emprego e renda para sobreviver. O que é solução para alguns não se configura em solução para todos. Na verdade, o Estado tem atuado financiando e capacitando quadros para empreenderem essas iniciativas, além de, atuar regulamentando e fiscalizando a atuação das cooperativas. Nesse particular, percebe-se um exacerbamento da lógica neoliberal de desresponsabilização do Estado e culpabilização do indivíduo pela sua má ‘sorte’ na economia de mercado.

Esse fenômeno tem implicações importantes na perspectiva da luta de classes, pois a classe trabalhadora passa a assumir um papel ativo, não no sentido de superar o capitalismo pela proposta tradicional da revolução do proletariado, mas sob a perspectiva de construir um setor autônomo e paralelo que mantém relações simbióticas com o capital. Por outro lado, a inserção desses contingentes desempregados nessas redes de Economia Popular Solidária tem a importante função de reduzir o impacto dos gastos sociais nas finanças públicas, mesmo que, essa inserção se configure de forma precária, constituindo-se em mais uma face escamoteada da hegemonia das políticas neoliberais e do aprofundamento das relações precarizadas de trabalho.

## **Conclusão**

Depois da breve análise das mudanças no mundo do trabalho evidenciamos a precarização das relações de produção e sociabilidade, o aumento do desemprego e a inexistência de uma relação salarial do tipo casteliana. O aprofundamento das políticas neoliberais na década de 90 criou as condições históricas para a expansão das idéias da Economia Popular Solidária.

A Economia Popular Solidária é um campo de estudo que precisa ser melhor explorado. Apesar de não vermos nela a capacidade de substituir o capitalismo, dadas as condições objetivas atuais, consideramos a sua importância para gerar emprego e renda para trabalhadores excluídos do mercado de trabalho, diminuindo os impactos nefastos do desemprego, apesar de não resolvê-lo na perspectiva da totalidade. Essa importância, porém, é relativa, pois trata-se de um paliativo, que em última instância, provoca um recuo da luta dos trabalhadores por transformações estruturais mais amplas e os insere no mercado subjugados a relações precárias de trabalho.

As idéias de solidariedade não devem ser deixadas de lado. *A priori* consideramos difícil a constituição de uma nova racionalidade, contudo a educação direcionada pelos princípios solidários, combatendo os princípios capitalistas podem criar um nova consciência anti-sistêmica. Dependendo da condução que for dada a essas estruturas produtivas elas podem exercer um papel desfeticizador.

O que fica claro, independentemente da eficiência ou não da Economia Popular Solidária, é que uma enorme massa de excluídos espera uma oportunidade para viver dignamente. É nesse sentido que não se deve descartar a Economia Popular Solidária como ferramenta para a criação dessas oportunidades. Entretanto, deve-se encará-la de forma crítica.

## **Referências Bibliográficas**

ABDALLA, Maurício. **O princípio da cooperação:** em busca de uma nova racionalidade. São Paulo: Paulus, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.

ARRUDA, Marcos; BOFF, Leonardo. **Globalização:** desafios socioeconômicos, éticos e educativos. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista:** a degradação da trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CARLEIAL, Liana; MALAGUTI, Manoel Luiz. **Informalidade e precarização no mercado de trabalho brasileiro.** Mimeo, inédito, 2001.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social.** Petrópolis: Vozes, 1998.

Conferencia Internacional del Trabajo – OIT. **Actas Provisionales 23A.** Nonagésima reunión, Ginebra, 2002. Disponível em: <[www.oit.org](http://www.oit.org)>. Acesso em 25/09/2010.

GUIMARÃES, Valeska Nahas; KOROSUE, Aline; OLIVEIRA, Elaine Cristina. **Flexibilização ou precarização das condições de trabalho?** O caso das cooperativas de trabalho de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/leiframe.htm>>. Acesso em: 27/06/2003.

LESBAUPIN, I. Neoliberalismo, regressão da democracia e cidadania limitada. In.\_\_\_\_\_: **Um jeito novo:** atuação político partidária na construção da cidadania. São Paulo: Cadernos de estudos da pastoral da juventude do Brasil, 1996.

MARQUES, Rosa Maria. **A proteção social e o mundo do trabalho.** São Paulo: Bional, 1997.

PEREIRA, José Maria. Cooperativas de trabalho: flexibilização ou degradação do trabalho? In.\_\_\_\_\_: **Revista Análise Econômica.** Porto Alegre: ano 19, nº 35. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10665/6300>>. Acesso em 23/03/2011.

OCB/SESCOOP. **Princípios cooperativos.** Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/principios.asp>>. Acesso em 27/03/11.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Neoliberalismo: gênese, retórica e prática.** Vitória: UFES, 2003, (no prelo).

SABADINI, Mauricio de Souza; NAKATANI, Paulo. Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil. In.\_\_\_\_\_: **Revista Venezuelana de Analisis de Coyuntura.** Caracas, Vol. III. Nº 2, Julio-diciembre, p. 265-290, 2002.

Sindicato dos trabalhadores técnico-administrativos em instituições federais de ensino superior de Uberlândia – SINTET-UFU. **Economia Solidária na Europa e no Brasil.** Disponível em: <<http://www.sintetufu.org/internas.php?pagina=economia-solidaria&id=6>>. Acesso em 15/02/2011.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego:** diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1999.

\_\_\_\_\_. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, André Ricardo de; SINGER, Paul (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

CULTI, Maria Nezilda. **Sócios do suor: cooperativas de trabalho**. Disponível em: <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/sep/eventos/jep2/jep2.htm>>. Acesso em 27/06/2010.